



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA DE COMISSÕES PERMANENTES

ANO 2026

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE. Aos doze (12) dias do mês de maio (5) do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às 14h28min, na Sala de Comissões Júlio Pinheiro, reuniu-se a Comissão Permanente de Defesa do Consumidor e do Contribuinte da Câmara Municipal de Cuiabá. Verificada a existência de *quórum* regimental, o Presidente, Vereador Dídimio Vovô, declarou abertos os trabalhos, registrando a presença dos seguintes membros: Vereador Dídimio Vovô (Presidente), Vereador Kássio Coelho (Vice-Presidente) e Vereador Adevaír Cabral (Membro). Registrou-se, ainda, a presença do convidado Senhor Valdir Amaro da Silva, Presidente da Associação de Rádio Comunitária Patrimonial do Calçadão, bem como dos assessores parlamentares e servidores desta Casa de Leis que prestaram apoio aos trabalhos. Inicialmente, o Presidente facultou a palavra aos demais membros para as considerações iniciais, manifestando-se o Vereador Adevaír Cabral e o Vereador Kássio Coelho, que cumprimentaram os pares e o convidado, agradecendo a presença e destacando a relevância da pauta. Ato contínuo, procedeu-se à leitura da Ata da 3ª Reunião Ordinária desta Comissão, realizada em 09 de abril de 2026, a qual, colocada em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade dos membros presentes e sem ressalvas. Na sequência, passou-se à oitiva do convidado, Senhor Valdir Amaro da Silva, ocasião em que o Presidente contextualizou a pauta, informando que, conforme levantamento apresentado pelos Vereadores Kássio Coelho e Adevaír Cabral, o comércio do Centro Histórico de Cuiabá registrou queda superior a 10% (dez por cento) no exercício de 2025, indagando ao convidado sobre as causas da retração e sobre as medidas que a Câmara Municipal de Cuiabá, em articulação com a Prefeitura Municipal, poderia adotar para o fomento do comércio na região central. O Senhor Valdir Amaro da Silva, em sua exposição, abordou os seguintes pontos de relevante interesse público: (a) Esvaziamento do Centro Histórico e mudança do perfil de consumo: relatou que a migração do público consumidor para o comércio eletrônico, intensificada pela pandemia, somada à instalação de filiais de lojas tradicionais do centro em bairros periféricos com aluguéis mais acessíveis, contribuiu de forma decisiva para a retração da atividade comercial na área central, ressaltando ainda a ausência de orientação ao lojista para adaptação à nova realidade digital; (b) Questões sociais e de assistência: apontou a presença de moradores de rua, dependentes químicos e idosos em situação de vulnerabilidade no perímetro





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA DE COMISSÕES PERMANENTES

central, bem como a distribuição de marmitas em vias públicas, gerando descarte inadequado de resíduos e mau odor, em razão da ausência de instalações sanitárias, registrando que o Grupo Muxirum, por intermédio da Dra. Rosana, pleiteia junto ao Poder Público Municipal a cessão de imóvel público localizado próximo à Panificadora Panfrigo, na Avenida Prainha — antigo posto de saúde e creche — para que a distribuição das marmitas seja realizada em local apropriado e fiscalizado; (c) Imóveis públicos abandonados: denunciou a existência de prédios públicos em situação de abandono no Centro Histórico, utilizados como abrigo irregular, citando, em especial, o prédio da antiga Assembleia Legislativa, bem como o antigo prédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), transferido para a Avenida Mato Grosso, informando que a Associação dos Lojistas do Centro Histórico de Cuiabá, em conjunto com a Associação da Rádio Comunitária Patrimonial do Calçadão, tem providenciado o fechamento de aberturas com madeiras, às próprias expensas, para impedir o uso indevido das edificações; (d) Estabelecimentos comerciais irregulares: relatou a existência, no perímetro do Centro Histórico, de estabelecimentos que funcionam com fachadas de lanchonetes e lojas de conveniência, mas que efetivamente operam como bordéis ou pontos de comercialização de fios de cobre oriundos de furtos, com queima irregular de materiais em "sucatões"; (e) Praça da República — pedras portuguesas: comunicou que a Praça da República é o único logradouro do Centro Histórico que ainda preserva o piso original em pedras portuguesas, considerado cartão postal histórico, registrando que diversas pedras encontram-se soltas, sendo utilizadas como objeto de agressão em conflitos noturnos, com risco à integridade física dos transeuntes, motoristas e usuários do transporte coletivo, propondo a celebração de convênio para mutirão de recolocação das pedras, mediante disponibilização de contêiner pelo Poder Público; (f) Campanha "Centro Histórico Feliz": informou a articulação, pela Associação que preside, da campanha promocional "Centro Histórico Feliz — Com Preço Acessível", em parceria com a Prosoja, com taxas de adesão facilitadas aos lojistas e premiações, com lançamento dos cupons previsto para 1º de junho de 2026; (g) 34º Aniversário do Centro Histórico de Cuiabá: comunicou que, em 04 de novembro de 2026, o Centro Histórico completará 34 (trinta e quatro) anos de tombamento, data oficialmente reconhecida a partir de levantamento realizado pelo Grupo Muxirum, por intermédio da Dra. Rosana e do Dr. Ernani Calhão, solicitando aos Senhores Vereadores a apresentação de proposições legislativas para a celebração da efeméride e a adoção de ações





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA DE COMISSÕES PERMANENTES

de revitalização da região; (h) Segurança pública: registrou a ocorrência de disputa territorial entre facções criminosas no perímetro do Centro Histórico, com relato de tentativa de ataque coordenado a joalherias e ótica na Rua Ricardo Franco, impedido pela ação conjunta dos lojistas, ressaltando o trabalho da Polícia Militar, sob o comando do Coronel Marcelo, e a fragilidade decorrente da rápida soltura dos infratores apreendidos. Na sequência, manifestou-se o Vereador Adevair Cabral, corroborando as preocupações apresentadas pelo convidado e ponderando que a queda do movimento comercial no Centro Histórico supera substancialmente o percentual de 10% (dez por cento) aferido, podendo alcançar patamar próximo a 70% (setenta por cento), em razão da grave situação de insegurança pública, da atuação do IPHAN — que, no seu entendimento, obstaculiza a revitalização das edificações ao não autorizar intervenções pelos particulares — e da migração do consumidor para os centros comerciais (shoppings), enfatizando, ainda, a precariedade da Avenida Baltazar Navarros, no Bairro Bandeirante. Na sequência, o Vereador Kássio Coelho agradeceu a contribuição do convidado e dos pares, reiterando a necessidade de aprimoramento das políticas públicas voltadas aos comerciantes da região central, muitos deles com mais de 20 (vinte) anos de atuação no local. Deliberação: a Comissão, por unanimidade, deliberou pelo acolhimento das demandas apresentadas pelo convidado, com encaminhamento das seguintes providências: (i) ofício ao Executivo Municipal solicitando informações acerca da destinação do imóvel público localizado nas imediações da Panificadora Panfrigo, na Avenida Prainha, bem como sobre a viabilidade de sua cessão ao Grupo Muxirum para fins de organização da distribuição de marmitas à população em situação de rua; (ii) ofício ao Executivo Municipal e à Secretaria Municipal competente requerendo levantamento e adoção de medidas quanto aos imóveis públicos abandonados no Centro Histórico, em especial o prédio da antiga Assembleia Legislativa e o antigo prédio do IPHAN; (iii) ofício à Secretaria de Estado de Segurança Pública e ao Comando da Polícia Militar solicitando o reforço do policiamento ostensivo no perímetro do Centro Histórico de Cuiabá; (iv) ofício ao IPHAN, solicitando esclarecimentos quanto aos critérios de autorização para intervenções e restauros em imóveis tombados localizados no Centro Histórico; (v) articulação, junto à Presidência desta Casa de Leis, de gestões para a celebração do 34º aniversário do Centro Histórico de Cuiabá, em 04 de novembro de 2026, inclusive mediante apresentação de proposições legislativas pertinentes; (vi) ofício à Secretaria Municipal competente





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA DE COMISSÕES PERMANENTES

requerendo a recuperação do calçamento em pedras portuguesas da Praça da República, com possibilidade de cooperação por meio de mutirão articulado com as associações locais. Não havendo mais matérias para apreciação, o Presidente facultou aos membros a manifestação de suas considerações finais e, em seguida, declarou encerrada a reunião. Esta é a Ata lavrada pela Equipe Técnica da Secretaria de Comissões Permanentes, que, após leitura e aprovação, deverá ser assinada pelo Presidente da Comissão, nos termos regimentais.

Vereador Didimo Vovô

Presidente da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor e do
Contribuinte

Biênio 2025/2026

